

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

| | |
|------------------------|-------|
| JOÃO MANSUR | ARENA |
| SANTOS LIMA | ARENA |
| ODILON REINHARDT | ARENA |
| JORGE SATO | ARENA |
| MUGGIATI FILHO | MDB |
| DAVID FEDERMANN | ARENA |
| HÉLIO MANFRINATO | MDB |
| AGUINALDO PEREIRA LIMA | ARENA |
| ALVARO DIAS | MDB |
| ANTONIO BELINATI | MDB |
| ANTONIO COSTA | ARENA |
| ANTONIO L. JUNIOR | ARENA |
| ANTONIO MACIEL | ARENA |
| ARIZONE ARAUJO | ARENA |
| ARMANDO QUEIROZ | ARENA |
| ARTHUR DE SOUZA | ARENA |
| BASILIO ZANUSSO | ARENA |
| BORSARI NETO | ARENA |
| CANDIDO M. DE OLIVEIRA | ARENA |
| DOMÍCIO SCARAMELLA | MDB |
| EMÍLIO CARAZZAI | ARENA |
| ERONDY SILVÉRIO | ARENA |
| FABIANO BRAGA CORTES | ARENA |
| FRANCISCO ESCORSIN | ARENA |
| FUAD NACLI | ARENA |
| GABRIEL MANOEL | ARENA |
| GILBERTO CARVALHO | ARENA |
| IGO LOSSO | ARENA |
| IRIS CALDART | MDB |
| IVO TOMAZONI | ARENA |
| JOÃO FADEL | ARENA |
| LAZARO DUMONT | ARENA |
| LEOPOLDO JACOMEL | ARENA |
| LUIZ R. SOARES | ARENA |
| MARCIANO BARANIUK | ARENA |
| MAURÍCIO FRUET | MDB |
| NELSON BUFFARA | MDB |
| OLAVO FERREIRA | ARENA |
| OVIDIO FRANZONI | ARENA |
| PAULO CAMARGO | ARENA |
| PAULO POLI | ARENA |
| QUIELSE CRISÓSTOMO | ARENA |
| ROSÁRIO PITTELI | ARENA |
| SEBASTIÃO R. JUNIOR | MDB |
| WILSON BRANDÃO | ARENA |
| WILSON FORTES | ARENA |
| XENOFONTE VILLANUEVA | ARENA |

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima (Em exercício na Presidência)

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — JORGE SATO

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (MDB)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (MDB)

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 4.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 12 de Março de 1973 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Rosário Pitteli.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Lossó, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitteli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Maciel e Wilson Brandão (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não havendo Ata, nem Expediente a serem lidos, passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Em discussão as seguintes Proposições:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 139-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 217-70, de autoria do ex-Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial, em Mandaguapé e dá outras providências. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 140-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 110-72, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, fica criado um Curso Girasol no bairro de Vila Fany desta Capital, para funcionar no ano letivo de 1971. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.os 141-72 e 144-72.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 5.ª Sessão Ordinária Realizada em 12 de Março de 1973 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Hélio Manfrinato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domício Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Lossó, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitteli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Maciel e Wilson Brandão (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 29 Srs. Deputados. Há quorum para funcionamento da Sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

— Sob os n.os 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 — 21 — 22 — 28 — 29 — 30 — 31 — 32 — 33 — 34-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.os:

102-72: Do Senhor Deputado Alvaro Dias que visa declarar de utilidade pública, o Centro Acadêmico Pedreira de Freitas, pertencente à Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, Fundação de Ensino Superior de Londrina. — A C.C.J.

106-72: Do Senhor Deputado Domício Scaramella, que visa estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entrosamento do Distrito de Riosinho, passando por Estiva, indo até a estrada geral de União da Vitória a Irati, para fins de melhoria e conservação. — A C.C.J.

263-71: Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que visa proceder através do Departamento de Estradas de Rodagem, a retificação do trecho da estrada que liga Tunas a Cérrro Azul. — A C.C.J.

279-71: Do Senhor Deputado Nivaldo Krüger que visa transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a localidade de Palmeirinha, em Guarapuava ao Município de Palmital. — A C.C.J.

145-72: Do Senhor Deputado Paulo Camargo que autoriza o Poder Executivo a calcular os proventos da aposentadoria do funcionário do Estado, Civil ou Militar, abrangido pelo disposto no art. 148, da Constituição do Estado, e que se tenha submetido pelo período mínimo de 1 (um) ano ao regime de trabalho de tempo integral. — A C.C.J.

209-71: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Santa Isabel do Oeste-Salto do Lontra

e Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista. — A C.C.J.

183-71: Do Senhor Deputado Maurício Fruet, que visa criar em Curitiba, uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes. — A C.C.J.

283-71: Do Senhor Deputado Arizone Araújo, que visa estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata, Município de Salto do Lontra. — A C.C.J.

249-71: Dos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo da Silva e Arthur de Souza, que visa criar um Ginásio no Distrito de Bentópolis, Município de Guaraci, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

94-72: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que visa declarar de utilidade pública, a Tenda Espirita Yoriel, com sede e foro nesta Capital. — A C.C.J.

72-70: Do Senhor Ex-deputado Tulio Vargas, que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu que liga a BR-277, da altura do quilômetro 335, numa extensão de 40 quilômetros, até o rio Piquiri, divisa com o Município de Campina da Lagoa. — A C.C.J.

11-72: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa conceder a Maria Coeli Pernechele, viúva do Engenheiro Agrônomo Carlos Pernechele, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros). — A C.C.J.

106-72: Do Senhor Deputado João Calil Fadel, que visa elevar os proventos de inatividade de Teresa Klanchmidt, Professora de Ensino Primário Normal Nível 16, da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. — A C.C.J.

186-71: Do Senhor Deputado Antonio F. Ferreira da Costa, que dispõe sobre a construção de uma Cadeia Pública e uma Delegacia de Polícia na sede do Município de Guaraniáçu. — A C.C.J.

256-71: Do Senhor Deputado Antonio F. Ferreira da Costa, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraima a Querência do Norte, em um trecho aproximado de 25 quilômetros. — A C.C.J.

78-72: Do Senhor Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à Irayde França Assad, viúva do Ex-delegado de Polícia Esperidião Assad. — A C.C.J.

210-71: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que, passando por Vila Estrela do Iguaçu, liga a Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 quilômetros aproximadamente. — A C.C.J.

290-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar a Escola Normal de Itamaracá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

156-71: Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que visa criar no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

269-71: Do Senhor Deputado Arizone Araújo, que visa elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal concedida a Ester de Oliveira Ribas, pela Lei n. 4.302, de 23 de dezembro de 1969. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações ao valoroso órgão da imprensa paranaense "Folha de Londrina", legítima expressão de trabalho patriótico e construtivo, arauto inquestionável das mais justas aspirações da região Norte do Estado, detentor da invejável penetração, vanguardeiro consagrado das melhores lutas pelo nosso engrandecimento e progresso.

A par de sua aparelhagem moderna e atenta aos mais exigentes requisitos da técnica jornalística moderna, a "Folha de Londrina" possui um quadro de profissionais da imprensa do melhor gabarito, devotado à auscultação dos mais sentidos reclamos populares, razão primeira do seu prestígio e crédito público.

Outrossim, requer o subscritor deste que seja enviado ao seu dinâmico e correto diretor-presidente, senhor João Milanez, efusivos parabéns deste Plenário, bem como os mais sentidos votos de ininterruptos triunfos jornalísticos à "Folha de Londrina".

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

(a) — Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Linhares da Costa, Digníssimo Secretário de Educação e Cultura do Estado, solicitando a sua intervenção no sentido de que se reconheça a validade dos Cursos de Recuperação levados a efeito por vários estabelecimentos de ensino de nosso Estado.

A intervenção do titular da SEC é sobremodo importante, já que o Egrégio Conselho Estadual de Educação opinou, sem maiores estudos, pelo não reconhecimento desses cursos. Este fato, se concretizado, irá trazer sérios prejuízos a centenas de estudantes, principalmente na cidade de Londrina, cujos cursos tiveram em mira o aproveitamento dos mesmos, dentro do espírito da Lei 5.692, de 11.8.1971.

Considerando que se está pondo em jogo o futuro escolar desses alunos e a legalidade dos pedidos efetuados, parece-nos que a intervenção do Ex-

celentíssimo Senhor Secretário de Educação é medida que se faz necessária, como verdadeira justiça educacional.

Sala de Sessões, em 12 de março de 1973.

(a) — Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Considerando:

1 — a existência de mais de 500 olarias e inúmeros areais situados às margens do Rio Iguaçu, no trecho entre o Distrito de Umbará e o Município de Araucária;

2 — que em virtude das chuvas que vem se precipitando na região de Curitiba ultimamente, a área está totalmente alagada, impedindo a importante atividade econômica com grandes prejuízos a seus proprietários bem como ocasionando escassez do produto para a construção civil em nossa Capital;

3 — que para a solução desse grave problema se faz necessário um trabalho objetivando a retificação de algumas curvas do rio e a dragagem em grande parte de seu leito no trecho acima referido, uma vez que este fato somente este ano assumiu tais proporções.

Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Distrito de Curitiba, solicitando a adoção de providência a fim de que se solucione no mais breve espaço de tempo possível esse grave problema.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, tendo em vista a realização em Foz do Iguaçu da Transmissão do Comando do 1.º Batalhão de Fronteiras, ocasião em que também terá lugar uma reunião da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), requer a designação de uma comissão composta por 3 (três) dos Senhores Deputados para representar a Casa naquelas solenidades.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

(a) — Iris Caldart

Requerimento

Senhor Presidente:

Amparo em prerrogativas regimentais, o Deputado que adiante assina requer à Mesa seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em exercício, Deputado João Marsur, expediente contendo apelo e sugestão que vão arrazoados no texto abaixo, afirmando a Sua Excelência, na oportunidade que a manifestação tem força e sentido por encontrar-se à Chefia do Executivo não só um membro desta Casa, mas um homem de larga experiência legislativa e maior espírito público.

É pública a convocação feita pelo Governo Federal, aos produtores como um imperativo, e aos trabalhadores como promessa de dias melhores, de se reduzir em 1973 para 12% a taxa de inflação, considerada pelos técnicos como o percentual desejável para a contenção do custo de vida sem desaceleração do desenvolvimento.

Aos empresários, pediu-se que ampliem a produtividade, racionalizem a produção, abram mão de expansão maior e, em alguns casos renunciem até à remuneração normal dos seus investimentos. Aos assalariados aos servidores públicos, pediu-se confiança, visto que os aumentos a receberem não cobrirão a deterioração da moeda e a alta do custo de vida do ano findo, só apenas as projeções traçadas para este exercício.

Confiantes nos altos objetivos do Governo Revolucionário, e nos sucessos que até agora alcançou, produtores e assalariados aceitaram sua quota de sacrifícios, certos de que, embora sofra a atual geração ônus pesados, controlou-se agora melhor futuro.

Sendo esse o quadro para setores da produção e povo, é inaceitável que o próprio Poder Público se aliene da luta anti-inflacionária e venha mesmo comprometê-la impondo custos de serviços com altas superiores ao limite de 12% prefixado pelo Governo da União. É o que está acontecendo no Paraná. Para conhecimento do Excelentíssimo Senhor Governador, vão anexas a este arrazoado algumas contas emitidas pela SANEPAR, provando que está implantada aqui em Curitiba uma política altista que por certo vigora também no resto do Estado. Embora poucos, os exemplos mostram altas de até 30% de janeiro para fevereiro, já não bastasse a elevação de tarifas implantadas pouco antes do final do ano, num vergonhoso atentado aos interesses do povo e do Governo.

Seria inclusive descabido alegar, em defesa da SANEPAR, que se trata de empresa e não de órgão público. É seu maior acionista: se não consegue implantar na casa onde manda a política de contenção, com que moral a irá defender em casa alheia?

Impossibilitado de defesa contra a alta nas tarifas de água, limitou-se o povo a protestar, de boca-em-boca, criando um estado de espírito contrário à autoridade pública, descrente até dos propósitos e metas duramente defendidos pela União.

Ao mesmo tempo, outra empresa onde o Estado é acionista majoritário — a TELEPAR — lança um projeto de ampliação de linhas telefônicas que é também um atentado ao bom senso e à economia do povo. Através de pedidos de informações, pronunciamentos vários, protestos, temos denunciado a cobrança de juros sobre auto-financiamento e, como única resposta recebemos esclarecimento do Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação, no sentido de que o Governo Federal assim autorizou. Como se tal autorização, ou qualquer outra justificasse erros. E na oportunidade de usar o Governo Federal como escudo alegou ainda Sua Excelência que o dinheiro arrecadado com a venda de telefones ficaria em conta bloqueada com destinação específica revelando novo escândalo.

Rico Estado, o nosso. Enquanto se apela para que todos apertem os cintos, dá-se ao luxo à Telepar de imobilizar dinheiro que poderia gerar progresso, render dividendos em favor dos cotistas, reduzir o custo da ampliação.

Numa terceira empresa controlada pelo Estado, a COPEL, uma farta campanha publicitária, por certo cara, acompanhou o aumento das tarifas de energia elétrica, este sim autorizado pela União.

Mas o que revela é que empresas como SANEPAR e TELEPAR onde o Governo do Estado deveria exercer controle, estão violentando os objetivos revolucionários, sem dar de seus atos, explicações plausíveis, não ao Deputado, mas ao povo. Se a nós cabe denunciar, revelar o desencanto da opinião pública cabe

ao administrador de empresa subordinada ao Governo prestar contas, não com informações incompletas, nem com notas oficiais capciosas, menos ainda com publicidade fantasiosa, mas com relatórios fidedignos de ampla divulgação.

Assim sendo, o apelo que fazemos ao Excelentíssimo Senhor Governador é para que convide os Presidentes das empresas onde o Estado é maior acionista a justificar a política por elas adotadas, e compareçam a esta Assembleia para defenderem-na, ou compareçam a outros debates onde a opinião pública também possa ser ouvida.

Junto ao apelo, vai nossa sugestão para que ao invés de campanhas publicitárias vazias, façam essas empresas publicar, na imprensa diária, mesmo a custo elevado, as justificativas de todos os aumentos que implantarem ou planos de financiamento que inovarem dando acesso ao público do total das informações.

Tanto o apelo como a sugestão vão dirigidos a um membro antigo desta Casa, que como tal tem visto os pedidos de informações serem ignorados ou parcialmente respondidos, sendo portanto armas quase inúteis da representação popular. Há de sentir o Governador João Mansur que é hora de administrar de portas abertas, com o povo aqui representado, não contra ele, como ocorre sempre que um setor do Executivo reage contra a Assembleia Legislativa.

Como subscritor, desejamos sinceramente que os esclarecimentos que venham a ser prestados comprovem nosso engano. Ficaremos então satisfeitos em comprovar que o Paraná está unido na luta anti-inflacionária liderada pela Revolução. E atribuiremos o nosso erro a um erro muito maior, que é o das empresas públicas manterem desinformados de seus atos os setores responsáveis.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

(a) — Erendy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições parlamentares requer, após ouvir o Plenário seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes no sentido em atender com a máxima urgência as justas e urgentes reivindicações conforme ofício que recebemos do Senhor Prefeito Carlos Guimarães de Moreira Sales, o qual anexamos ao presente.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

(a) — Paulo Poli

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES

Ofício n. 01-73.

Moreira Sales, 10 de março de 1973.

Senhor Deputado:

Tem o presente a finalidade de comunicar a Vossa Excelência, a situação em que se encontra as estradas e pontes de nosso Município, para o que nós solicitamos a sua intervenção junto aos órgãos competentes do Estado, para a solução imediata para este problema que é de verdadeira calamidade pública, a maior necessidade do momento e que está transtornando o movimento do Município é o seguinte: "Ponte sobre o Rio Góio-Erê, com vão de 60 metros, a qual encontra-se totalmente destruída pelas chuvas, que liga o Município de Moreira Sales ao de Tuneiras D'Oeste, e que está provocando entre outros transtornos a falta de onibus ligando nosso Município às outras cidades". Como nossa prefeitura não comporta em arcar com um empreendimento deste vulto, na reconstrução da aludida ponte, pedimos a Vossa Excelência suas providências no sentido de apelar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, a fim de que o mesmo providencie a reconstrução, ou em convênio com nosso Município e o de Tuneiras D'Oeste.

Certos de que Vossa Excelência, irá tomar as devidas providências, para solução imediata do problema acima exposto reiteramos nossos protestos de alta estima e distinta consideração

Atenciosamente

(a) — Carlos Guimarães

— Prefeito Municipal —

Ao Excelentíssimo Senhor

PAULO POLI

Digníssimo Deputado Estadual

Curitiba — Pr.

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei n 10-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância com sede e foro na cidade de Cambará.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância é uma entidade civil, com sede e foro na cidade de Cambará, sem fins lucrativos, tem como objetivos: a assistência médica, alimentar, proteção e educação, higiene da maternidade e da infância e as crianças órfãs abandonadas sujeitas à fome, ao vício, ao analfabetismo, a contravenção à perversão e ao crime por falta de amparo recolocando-as no meio familiar e o internamento hospitalar.

Pelas nobres e meritórias finalidades, temos a certeza de que este projeto haverá de merecer o apoio e a aprovação da Casa.

Projeto de Lei n.º 11-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo Estadual, a celebrar um convênio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, para construção de uma ponte de concreto armado no rio São Jerônimo, Município de Assaí com o vão de 54 metros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

(a) — Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

As chuvas torrenciais e incessantes, destruíram a ponte do rio São Jerônimo, no Município de Assaí. O orçamento elaborado para construção da nova ponte de concreto, atinge aproximadamente a duzentos e cinquenta mil

cruzeiros. A municipalidade de Assaí, diante da redução brutal do ICM para exercício de 1973, que atingiu um percentual de 69,84% não tem condições financeiras para execução de tal obra indispensável à região, em razão de que se solicita a celebração de um convênio com o DER, para que tal obra possa ser executada.

Projeto de Lei n. 12-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada, na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

(a) — Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

A medida consubstanciada neste plano de Lei, constitui justa reivindicação da comunidade toledense, que, assim não mais se verá na contingência de ter que se defrontar com uma série de dificuldades e mesmo, prejuízos de ordem financeira, como ocorre presentemente, para poder cumprir com suas obrigações relativamente ao serviço de trânsito. Daí esperamos mereça este projeto o acolhimento e a aprovação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erendy Silvério primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo) "Amparado em prerrogativas regimentais, o Deputado que adiante assina requer à Mesa seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em exercício, Deputado João Mansur, expediente contendo apelo e sugestão que vão arrazoados no texto abaixo, afirmando a Sua Excelência na oportunidade, que a manifestação tem força e sentido por encontrar-se à Chefia do Executivo não só um membro desta Casa mas um homem de larga experiência legislativa e maior espírito público:

É pública a convocação feita pelo Governo Federal, aos produtores como um imperativo, e aos trabalhadores como promessa de dias melhores, de se reduzir em 1973 para 12% a taxa de inflação considerada pelos técnicos como o percentual desejável para a contenção do custo de vida sem desaceleração do desenvolvimento.

Aos empresários, pediu-se que ampliem a produtividade, racionalizem a produção, abram mão de expansão maior e em alguns casos renunciem até à remuneração normal dos seus investimentos. Aos assalariados aos servidores públicos, pediu-se confiança, visto que os aumentos a receberem não cobrirão a deterioração da moeda e a alta do custo de vida do ano findo só apenas as projeções traçadas para este exercício.

Confiante nos altos objetivos do Governo Revolucionário, e nos sucessos que até agora alcançou, produtores e assalariados aceitaram sua quota de sacrifícios, certos de que, embora sofra a atual geração ônus pesados, constrói-se agora melhor futuro.

Sendo esse o quadro para setores da produção e povo é inaceitável que o próprio Poder Público se aliene da luta anti-inflacionária e venha mesmo comprometê-la impondo custos de serviços com altas superiores ao limite de 12% prefixado pelo Governo da União. É o que está acontecendo no Paraná. Para conhecimento do Excelentíssimo Senhor Governador, vão anexas a este arrazoado algumas contas emitidas pela SANEPAR, provando que está implantada aqui em Curitiba uma política que por certo vigora também no resto do Estado. Embora poucos, os exemplos mostram altas de 30% de janeiro para fevereiro, já não bastasse a elevação de tarifas implantadas pouco antes do final do ano rumo vergonhoso atentado aos interesses do povo e do Governo.

Seria, inclusive, descabido alegar em defesa da SANEPAR, que se trata de empresa e não de órgão público. E o Estado seu maior acionista: se não consegue implantar na casa onde manda a política de contenção com que moral a irá defender em casa alheia?

Impossibilitado de defesa contra a alta nas tarifas de água, limitou-se o povo a protestar, de boca-em-boca, criando um estado de espírito contrário à autoridade pública descrente até dos propósitos e metas duramente defendidos pela União.

Ao mesmo tempo, outra empresa onde o Estado é acionista majoritário — a TELEPAR — lança um projeto de ampliação de linhas telefônicas que é também um atentado ao bom senso e à economia do povo. Através de pedidos de informações, pronunciamentos vários, protestos, temos denunciado a cobrança de juros sobre auto-financiamento e como única resposta, recebemos esclarecimento do Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação, no sentido de que o Governo Federal assim autorizou. Como se tal autorização, ou qualquer outra, justificasse erros. E na oportunidade de usar o Governo Federal como escudo, alegou ainda, Sua Excelência que o dinheiro arrecadado com a venda de telefones ficaria em conta bloqueada com destinação específica revelando novo escândalo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados não vou continuar a leitura do Requerimento porque será encaminhado ao Sr. Governador do Estado. Tenho certeza que o Governador em exercício, homem saído do povo, porque é político militante desde os primórdios de sua carreira pública, irá se sensibilizar e, por certo exigirá do Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, que publicamente conteste o que este Deputado está falando desta tribuna, não permitindo que venha a administração da SANEPAR com dinheiro público, através de notas acintosas, dizer que este Deputado está mentindo. Tenho talões emitidos pela SANEPAR, onde, no mês de janeiro para o mês de fevereiro houve um aumento de 30% nas tarifas de água em Curitiba. "Tarifa" é outra malandragem que aplica a SANEPAR porque, para mim, isto é taxa de água e aumento de taxa terá que ser autorizado pelo Poder Legislativo. Deram uma de tarifa para aumentar indiscriminadamente, ficando o povo sem a mínima chance de defesa. Aqui estão os talões que comprovam estas afirmações.

Espero que o Governador do Estado em exercício não desminta a sua origem de homem do povo e ponha a cobro essas irregularidades e chame, também, o Presidente da TELEPAR e exija que aquele dinheiro que está em conta bloqueada no Banco do Estado, que é o valor do investimento que os municípios curitibanos estão fazendo na aquisição de novos telefones, que possibilitará a ampliação da rede de telefones de Curitiba, seja repaido a fim de que renda dividendos e possibilite a redução do custo dos telefones.

Quando foi feito o Pedido de Informações o Secretário de Viação li-

milittou-se a dizer que o preço dos telefones havia sido fixado pelo Ministério das Telecomunicações. É muito fácil jogar a culpa sobre o Governo Federal. Tenho certeza que o Governo Federal não autorizou o Presidente da TELEPAR a pegar o dinheiro do povo e deixar em conta bloqueada, em conta própria, no Banco do Estado e cobrar juros sobre o próprio investimento.

Está no dever o novo Governador em exercício. Deputado João Mansur, como homem do povo, a vir publicamente e dizer que este Deputado está errado. Se provar que estou errado sou o primeiro a vir a esta tribuna e dar a mão à palmatória. Se eu estiver certo S. Exa. terá que determinar à SANEPAR que não pode aumentar as tarifas de água mais que 12%, porque esta é uma determinação do Governo Federal e, caso contrário, o Governo do Estado estará incorrendo em crime de responsabilidade.

No instante em que o Governo Federal procura debelar a inflação, fazendo apelo aos operários, aos servidores públicos, aos empresários para que limitem-se a ganhar menos, para que limitem-se a não aumentar o custo da produção além de 12% é inadmissível que o Governo do Estado, através de Companhias Mistas, venha escorchar o povo, aumentando as tarifas de água em 30%. É uma vergonha. E nós, Deputados, não podemos permitir que isto ocorra no Paraná.

Está na obrigação o Deputado João Mansur, que saiu desta Casa nos braços do povo e pela unanimidade desta Assembléia Legislativa para assumir provisoriamente o Governo do Estado, de vir a público dar uma satisfação a esta Casa e ao povo do Paraná porque estão aqui os talões, a prova de que houve um aumento acima de 12%. Foi na ordem de 30, 38, 40% o aumento da água.

É o próprio Presidente da TELEPAR que confessa que o dinheiro proveniente do pagamento dos novos telefones está em conta bloqueada no Banco do Estado sem render um cruzeiro de juros, porque não há movimentação desse dinheiro, o dinheiro está se deteriorando em conta bloqueada no Banco do Estado.

E o povo haja a pagar juros sobre o próprio investimento; é preciso que alguém olhe pelo povo, defenda-o ponha cobro nesta irregularidade da administração pública.

É o que esperamos; esperamos que o Sr. Governador em exercício, Deputado João Mansur, não desmereça a sua origem, o seu alto espírito público e bote cobro a essa irregularidade. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, no Grande Expediente sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados. "É esta a primeira vez que venho à Tribuna depois de haver deixado o honroso cargo que por delegação dos Srs. Deputados ocupei durante 25 meses.

Não poderia deixar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de agradecer a lha-neza, o apoio e a compreensão que recebi de todos os meus nobres Pares, durante o tempo de exercício no cargo de Primeiro Secretário desta augusta Casa de Leis; e ao fazer este agradecimento que tão somente expor a minha vontade nestes últimos dois anos, do meu mandato, de poder fazer jus à confiança e à consideração dos Srs. membros deste Poder Legislativo.

Neste agradecimento quero também augurar à nova Mesa Executiva, notadamente ao Sr. Deputado Jorge Sato, Primeiro Secretário, toda a sorte de êxito na sua administração.

Sr. Presidente, traz-me a esta Tribuna um motivo de justa satisfação, o de registrar para os anais da História do Estado, o quanto deve o município a um homem que, na administração municipal soube transformar a fisionomia de um município, pois que ao assumir as funções de Prefeito Municipal, encontrou decadente, com uma situação calamitosa nas finanças e acima de tudo, um Município cujo clima de tranquilidade, de ordem e de paz social, não existia, face aos desentendimentos, principalmente dos políticos daquele município. Venho hoje para registrar dados positivos de uma administração profícua em todos os sentidos. Refiro-me ao Município de Medianeira. Pretendo, neste curto espaço de tempo, enaltecer a figura do excelente administrador, Prefeito Municipal, Luiz Bonato.

Devo adiantar que ao assumir aquele Executivo Municipal, em 1.970 no mês de fevereiro, encontrou uma previsão de receita na ordem de 1 milhão e 100 mil cruzeiros, com uma arrecadação real na ordem de 870 mil cruzeiros, com uma dívida contabilizada, superior a 420 mil cruzeiros.

Graças ao seu trabalho no sentido de sanar as finanças municipais, foi tão espetacular o sucesso por ele obtido, que encerrou o balanço de 1.972, a 31 de dezembro, apresentando uma "superavit" digno de encômios, e elogios.

Foi uma das poucas prefeituras municipais deste Estado a encerrar o balanço financeiro com saldo positivo, pois a 31 de dezembro de 1972 aquela municipalidade apresentava os seguintes números: (lendo):

| | |
|-------------------------------|------------|
| "Disponibilidade em Caixa | 341.850,20 |
| Dívida ativa | 303.056,11 |
| Resto a pagar, insignificante | 166.948,00 |

Aposentando portanto um saldo favorável no exercício, de 477.906,13 cruzeiros.

O progresso do Município foi tão significativo nos últimos três anos da administração Luiz Bonato, que a receita de 1.970 que não havia alcançado a soma de 900.000,00 cruzeiros, quase triplicou em dois anos, pois atingiu perto de três milhões de cruzeiros em 1.972, e a previsão para 1.973 é de 3.827.692,00. Foi, indiscutivelmente, o Município de Medianeira o que maior índice de crescimento apresentou nos últimos anos em toda a região Oeste-Sudoeste do Estado do Paraná.

Ao registrar estes números para que constem dos Anais desta Casa como justa homenagem ao homem que tão abnegadamente vem dirigindo os destinos daquele Município, devo acrescentar algumas informações que refletem a grande obra administrativa do companheiro e amigo Luiz Bonato.

Durante esse período administrativo construiu 56 salas de aula distribuídas pelo interior do Município, significando haver construído mais escolas do que o dobro existente em Medianeira quando assumiu as funções de Prefeito Municipal.

A folha de pagamento das professoras municipais que, em 1.970, era de 12.344,00 cruzeiros mensais, passou a 41.419,00 cruzeiros. O número de professoras que não chegava a cem, é, hoje, de 193 professoras municipais. Isto atesta o cuidado da administração no desenvolvimento deste importante setor: 4.736 alunos matriculados nas escolas isoladas do Município". Se somarmos os alunos matriculados também nos grupos escolares mantidos pela Prefeitura, atingiremos à soma de 5.300 dos 7.400 alunos em idade escolar mantidos no Município de Medianeira.

Da relação de construção de salas de aula, podemos verificar que o zelo do senhor Luiz Bonato não se fez presente somente no setor educacional, mas também no setor de estradas, pois construiu mais de 300 Km. de novas rodovias municipais. Construiu mais de 140 metros de pontes, ampliou e conservou permanentemente os milhares de quilômetros de estradas municipais.

Transformou a fisionomia da sede Municipal asfaltando mais de 30.000 metros quadrados de ruas e avenidas, estando em andamento a pavimentação de mais 30.000 metros quadrados de asfalto, com entrega prevista para os próximos dias.

A cidade que em 1970 não dispunha de iluminação pública, face ao trabalho de Luiz Bonato junto a Copel, teve a distribuição de luz e força não somente a sede do município mas também conseguiu levar esse benefício para os distritos de Missal, Flor da Serra, Jardinópolis, Vista Alegre, Ocuf, todos já inaugurados e agora com os serviços em andamento na localidade de Morro de Nossa Senhora de Saleté, além das ampliações da rede de distribuição em todos os distritos do Município.

A Administração de Luiz Bonato adquiriu motoniveladora, trator, pás, carregadeiras, caminhão basculante, Kombi para locomoção do pessoal de ensino, montou uma oficina mecânica com aparelhagem das mais modernas, ampliou a fábrica de tubos e aplicou e ampliou 4.411 manilhas das quais mais de 1.900 no serviço de boeiros e reconstrução de estradas, e as demais aplicadas nas galerias pluviais da sede do município de Medianeira.

Poderíamos, Srs. Deputados, falar sobre as grandes obras de saneamento que vêm sendo executadas no município de Medianeira, pela Prefeitura, em convênio com a SANEPAR, com um valor superior a 1 milhão e meio de cruzeiros, com participação do município com importância superior a 50%.

Por certo haverá de se constituir nos próximos meses a principal preocupação da sua administração, a construção do serviço de abastecimento de água.

Quero crer que, depois de haver dado as principais realizações da administração do grande companheiro e amigo Luiz Bonato, é meu dever deter-me para analisar as suas qualidade pessoais, para dizer à Casa que o mesmo soube restaurar a tranquilidade, a ordem e paz social naquele município, sempre conturbado antes de sua ascensão.

Foi tão feliz nos diálogos que sempre soube manter com a classe política, com os comerciantes, os empresários, os industriais, colonos e operários, que nas últimas eleições a nominata de Vereadores apresentada pelo nosso Partido, a ARENA, e por ele endossada, não teve adversários.

Elegemos ali a totalidade de Vereadores à Câmara Municipal. Ali não existiu ARENA 2, nem o MDB preocupou-se com o lançamento de candidatos à Câmara de Vereadores, porque entendeu estar o Município tranquilo com o Sr. Luiz Bonato à frente de sua administração. Porque ele sempre soube respeitar os homens do MDB, os homens da ARENA, não deixando jamais de analisar as pequenas questões que sempre existiram ali. O entrosamento entre a administração municipal com os órgãos da administração estadual possibilitaram a Medianeira, nos últimos anos, dar um exemplo do que pode fazer um Município do interior em favor da grandeza do Estado do Paraná.

Venho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esta Tribuna com estes números, poderia trazer outros tantos, não pelo simples prazer de decantar a grandiosidade de sua administração municipal feliz e profícua, mas porque há poucos anos atrás, ainda não entrosados com a realidade atual, sem qualquer preocupação de lutar pela grandeza de um dos mais ricos e prósperos Municípios da extraordinária região do oeste do Paraná, estavam pretendendo reviver um passado de tristes memórias nas incursões que faziam, procurando tumultuar um estado de direito para denegirem o nome de quem sempre soube manter, bem alto, o seu conceito de homem público.

No instante em que Medianeira vê confirmado à testa de seu Executivo Municipal aquele que tão bem soube concluir o seu mandato de Prefeito de um Município da faixa de segurança, tinha que ser dado o testemunho do valor desse cidadão. Tenho certeza de que o Sr. Governador João Mansur, que conhece Luiz Bonato, que sabe de sua capacidade e honradez haverá de participar das solenidades de inauguração de mais de dez obras públicas construídas em sua administração, no próximo mês de abril. Ao visitar Medianeira S. Exa. haverá de perceber o carinho, a amizade e a fraternidade com que aquela população reverencia o seu Prefeito Municipal.

O Sr. Antônio Belisati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estamos acompanhando atentamente o seu pronunciamento que é bastante oportuno e esclarecedor para esta Casa de Leis.

No momento em que V. Exa. vem à Tribuna para enaltecer a figura do Prefeito de Medianeira não poderíamos deixar de tecer, nesta oportunidade, considerações a respeito de dois outros ilustres Prefeitos: que concluíram o seu mandato recentemente.

Um deles é o Prefeito de Londrina, Dalton Paranaçu e o outro é o Prefeito de Cambé, Arquimedes Mozart.

Dalton Paranaçu pertence às fileiras do Movimento Democrático Brasileiro. Dele, muitas vezes, fivergimos e até mesmo chegamos a criticá-lo quanto a sua administração, mas ao final dos quatro anos de mandato verificamos que aquela administração foi altamente positiva para Londrina.

O Prefeito de Cambé reformou radicalmente os critérios de administração uma comunidade. O sr. Arquimedes Mozart saiu considerado pelo povo daquela cidade. Assim como V. Exa. enalteceu publicamente o trabalho do Prefeito de Medianeira, nós enalteçemos os ex-Prefeitos de Londrina e Cambé. E, na oportunidade, ilustre Deputados Tomazoni permita-me estender os cumprimentos à V. Exa. que cumpriu honrosamente o seu mandato como primeiro Secretário nesta Casa.

Como Primeiro Secretário, foi, um amigo, não apenas dos Deputados do seu Partido mas abriu as portas da Primeira Secretaria também para os nove Deputados que compõem o nosso Partido. Nesta oportunidade, parabêniz-me com V. Exa. e os demais companheiros da Mesa Executiva, por este trabalho notável que realizaram na Direção dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço a V. Exa. o aparte, e aproveito a ocasião para dizer à ilustre Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, que sempre soube ser em todos os episódios vividos nesta Assembléia Legislativa, uma Bancada atenta e acima de tudo, sempre preocupada em dignificar cada vez mais o bom nome desta Assembléia.

Agradeço a V. Exa. o aparte, para dizer que todos nós paranaenses temos, principalmente do Sr. ilustre prefeito Municipal de Londrina, Dalton Paranaçu, a melhor das lembranças, porque sempre soube ser paranaense acima de tudo, no exercício do seu mandato, das suas funções.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entusiasmados, naturalmente que se sentem os Prefeitos Municipais em nosso Estado, com o interesse que tem demonstrado S. Exa. o Sr. Governador do Estado, em exercício, Deputado João Mansur, nós nos animamos em data de hoje, a assumir esta Tribuna para preliminarmente transcrever aqui um ofício que reconhecemos em data de hoje, do Prefeito do próspero município de Moreira Sales, jovem prefeito que pela segunda vez dirige aquele município. Fiz uma série de ponderações e ponderações sobre problemas de estradas e principalmente de uma ponte existente sobre o rio Góio-Erê, que liga o Município de Moreira Sales, com os demais municípios da região.

Aquela ponte, destruída que fora pelas chuvas torrenciais, que têm ocorrido no Norte do Estado, do Paraná, de certa forma isolou aquele próspero município, impedindo, Srs. Deputados que se faça o transporte dos produtos oriundos daquele próspero município.

O expediente, que nós encaminha o Sr. Prefeito de Moreira Sales tem a seguinte redação: (Lê)

— (O expediente lido encontra-se no Requerimento do Sr. Deputado Paulo Poli, no Expediente).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante deste documento, fizemos um Requerimento que estamos encaminhando à Presidência e que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades competentes para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de certa forma achamos que, realmente, o Estado, por razões óbvias, não tem condições financeiras para o andamento, início e traçado, de grandes obras. Mas é necessário que se tomem providências urgentes para conservarmos aquilo que temos. Porque, o que ocorre aqui neste caso, o pedido do Prefeito de Moreira Sales, é a reconstrução de uma ponte, cuja paralização vem acarretando grandes prejuízos para os estudantes que necessitam locomoverem-se, para os agricultores que precisam transportar as suas colheitas. Enfim, é o Estado que entra numa fase de retrocesso com a não conservação dessas obras, a exemplo do que dissemos outro dia com respeito à estrada Umuarama-Guaíra, que está interrompida em vários trechos onde o asfalto estava prestes a ser concluído.

A falta de conservação dessas obras está acarretando prejuízos fabulosos para o nosso Estado. Mas, felizmente, temos à frente do Governo do Estado, neste período, um homem que está sentindo de perto os problemas do interior, porque ele próprio já foi Prefeito de um Município, Irati. E temos certeza que o encaminhamento deste Requerimento, se aprovado por esta Casa, haverá de fazer S. Exa., o Senhor Governador, sentir a necessidade de conservação de tantas obras em nossos municípios.

Eram estas as nossas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Agradeço de antemão o apoio que receber dos Srs. Deputados no encaminhamento deste Requerimento. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputados Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 152-72, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, institui o “Dia do Médico”, a ser oficialmente comemorado no Estado do Paraná em 18 de outubro de cada ano. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 4-73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo denominar “Celso Garcia Cid”, a estrada que liga o Porto Charles Nauffal a Mauá. Sem pareceres — **Em REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 272-71, de autoria do Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através da S.V.O.P., um prédio para o Ginásio Estadual da sede do Município de Iguaçu. Pareceres contrário da C.C.J. e favorável da C.F., C.I.P. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 272-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria de Obras, o Prédio do Ginásio Estadual, na sede do Município de Iguaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1971

a) Quiêlse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

As condições precárias em que está funcionando o Ginásio de Iguaçu, exigem providências do Poder Público. Por isso a apresentação do presente Projeto de Lei que esperamos ver aprovado, lembramos que tal construção do tipo pré-fabricado não tem condições e consequente segurança aos alunos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 272-71

AUTOR: Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a construir através da Secretaria de Obras, um prédio para o Ginásio Estadual na sede do Município de Iguaçu.

PARECER

O nobre Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, pretende pelo presente

Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a construir um prédio para o Ginásio Estadual, na sede do Município de Iguaçu.

Apesar da relevante justificativa apresentada pelo autor da Proposição, o Projeto de Lei não resiste à vedação dos artigos 35 e 47, da Constituição do Estado, que determina ao Senhor Governador do Estado a competência para tal iniciativa.

Pelo exposto, opinamos pela sua **REJEIÇÃO**.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Luiz R. Soares — Maurício Fruet — Santos Lima — Emílio Carazzai

— Muggiati Filho e Cândido M. de Oliveira

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 272-71

PARECER

1.) Com o presente, pretende o nobre Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo, através da S.V.O.P., a construção do prédio do Ginásio Estadual, na sede do Município de Iguaçu.

2.) A medida se nos afigura oportuna e necessária, face às razões apresentadas pelo seu ilustre autor, na justificação do projeto.

3.) Ante o exposto, opinamos pela sua **aprovação**.

E o parecer.

Sala das Comissões, em... de junho de 1972

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N. 272-71

PARECER

1.) O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Obras, o prédio do Ginásio Estadual de Iguaçu.

2.) O projeto está devidamente justificado o que nos convence de sua oportunidade, pelo que opinamos pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1972

aa) Borsari Netto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

Hélio Manfrinato — Gabriel Manoel — Xenofonte Villanueva

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 272-71

AUTOR: Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

ASSUNTO: Autorizo o Poder Executivo a construir através de S.V.O.P., um prédio para o Ginásio Estadual da sede do Município de Iguaçu.

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, fará os elementos financeiros para a construção e funcionamento do Ginásio. Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antônio L. Júnior — Relator

Antônio Belinati — David Federmann — João Fadel

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 153-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, aos Senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Ênio Pipino. Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 153-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, aos Senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Ênio Pipino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em...

a) Deputado Jorge Sato, com apoio dos Senhores Deputados Fuad Nacli, Basílio Zanusso, Lázaro Dumont, Arizone Araújo, Borsari Netto, João Fadel, Quiêlse Crisóstomo da Silva, Leopoldo Jacomet, Ivo Thomazoni, Domício Scaramella, Marciano Baraniuk, Gabriel Manoel, Sebastião Rodrigues Júnior, Cândido M. de Oliveira e Ovídio Franzoni.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Projeto de Lei, homenagear dois ilustres brasileiros, concedendo-lhes o título de Cidadão Benemérito do Paraná, aos senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Ênio Pipino, paulistas radicados em Maringá neste Estado.

Esquematizando suas atividades há bastante tempo em nosso Estado, puderam dois ilustres homenageados, pelo trabalho, pela dedicação, pela inteligência, realizar trabalho de vulto, incentivando o progresso de Maringá e do Paraná.

Anexamos ao presente Projeto de Lei, o “Curriculum Vitae” dos homenageados, mostrando os empreendimentos realizados pelos dois desbravadores desta progressista região do Estado e comprovado o reconhecimento que é justo que se faça aos dois ilustres brasileiros.

JOÃO PEDRO MOREIRA DE CARVALHO

CURRICULUM

I — JOÃO PEDRO MOREIRA DE CARVALHO, brasileiro, casado, pecuarista e colonizador, residente e domiciliado na cidade de Maringá, Estado do Paraná, às av. Tiradentes, 877, nasceu na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, e 5 de agosto de 1910, filho de Ascânio Moreira de Carvalho (já falecido) e de Dona Elizab Machado de Carvalho. Casou-se com Dona Yolanda Loureiro de Carvalho, na cidade de Bebedouro, em 28 de setembro de 1935, tendo o casal, 4 filhos, todos maiores de idade, portador da Cédula de Identidade Rg. 4.170.802, expedido em São Paulo e C.I.C. n. 002777629.

II — Até o ano de 1943, ocupava-se no Estado de São Paulo, com o comércio de gado zebu e engorda de bois para corte.

III — Em 1943, fundou, juntamente com Olavo Ribeiro do Val, a Cidade "Ouro Verde" no Estado de São Paulo.

IV — Em 1946, juntamente com o Sr. Enio Pipino, fundou a firma "Enio Pipino & Carvalho", que se dedicou à Agro-Pecuária no Município de Presidente Venceslau Estado de São Paulo.

V — Em 1948, novamente com Enio Pipino, fundou a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda. (SINOP), hoje com a modificação da razão social SINOP-TERRAS LTDA., firma colonizadora no Estado do Paraná, tendo:

a) — Colonizado a Gleba denominada "SINOP", onde fundaram as cidades: Terra Rica, hoje Comarca, e "Adhemar de Barros";

b) — Colonizado a Gleba denominada "ATLANTIDA" onde fundaram as cidades de Iporã, hoje Comarca, "NILZA" e "IVERA";

c) — Colonizado a Gleba Rio Verde-1, onde fundaram as cidades; Ubatã hoje Comarca e Yolanda;

d) — Colonizado a Gleba denominada Rio Verde-2, onde fundaram as cidades: Formosa D'Oeste, hoje Comarca, JESUITAS, CARAJÁ E MARAJÓ.

VI — É sócio cotista da Imobiliária e Construtora Maringá Ltda., com sede em São Paulo Capital, com loteamento urbano na cidade de Guarulhos do mesmo Estado.

VII — Fundou em 1970 a Colonizadora Sinop S.A., da qual é Diretor, para a colonização de grande área no Estado de Mato Grosso e a fundação das Cidades Vera, Santa Carmem e Sinop, localizadas na estrada Federal Cuiabá-Santarém, denominada BR-165 da Região Amazônica.

VIII — Fundou em 1971, a Pastoril Celeste para fins Agro-Pecuaros, no Estado de Mato Grosso.

IX — é sócio cotista da firma "Roberto Brandão Construtora Civil Ltda" com sede na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, e que se dedica ao ramo de construções, sendo que em todas essas firmas sempre fez parte juntamente com o Sr. Enio Pipino, pois, estão ligados comercialmente há um quarto de século em todos os empreendimentos.

BIOGRAFIA

Enio Pipino, nascido aos 12.6.1917, na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo filho de João Pipino Primo e de dona Rosa Franchetti Pipino.

Em 1928 transferiu residência para a Cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

Em 1940, casou-se com dona Nilza de Oliveira Pipino.

Em 1940, exerceu as funções de correspondente do Banco do Estado de São Paulo, Banco do Brasil e Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, até o ano de 1948.

Em 1942, foi nomeado Juiz de Paz, cargo que exerceu até o ano de 1945.

Em 1945, exerceu as funções de Prefeito Municipal de Presidente Venceslau-SP nomeado pelo Interventor Dr. Fernando Costa, cargo que exerceu até o ano de 1947.

Em 1946, fundou e foi Diretor da Rádio ZYH7, de Presidente Venceslau-SP.

Em 1948, foi eleito Prefeito Municipal cargo que exerceu até o ano de 1951, da cidade de Presidente Venceslau-SP.

No período em que exerceu as funções de Prefeito de Presidente Venceslau, cita alguns fatos de sua gestão:

1 — calçamento da cidade; 2 — abastecimento de água; 3 — criação e construção do Ginásio do Estado; 4 — criação, construção e instalação da Escola Normal; 5 — criação e construção do 2.º Grupo Escolar; 6 — telefone urbano; 7 — telefone rural; 8 — escolas isoladas. (34); 9 — ligação telefônica com os Distritos de Marabá Paulista, c/Caiuá e Presidente Epitácio; 10 — instalou luz elétrica nos distritos de Marabá Paulista e Presidente Epitácio; 11 — Criou e instalou o Posto de Saúde; 12 — Criação de Grupo Escolar de Presidente Epitácio, distrito de Presidente Venceslau e de Marabá Paulista; 13 — Ligação da Rodovia Presidente Venceslau ao Porto Euclides da Cunha, no Paraná; 14 — Construiu o Aeroporto e nesse dia inaugurou a 1.ª linha aérea comercial "NATAL" ligando Presidente Venceslau, Campo Grande, São Paulo; 15 — Criou correios e telegrafos e conseguiu a imediata construção do Edifício, pelo Governo Federal; 16 — Construção da Praça Alvaro Coelho; 17 — Remodelação total do Cemitério; 18 — Construção de Estradas de Rodagens, num total aproximadamente de 680 quilômetros; pois era na época, o maior Município em extensão territorial.

Em 1952, foi eleito vereador e exerceu durante os 3 anos de mandato a Presidência da Câmara, pois, em fevereiro de 1955 transferiu residência para Maringá.

Em 1948, fundou a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda. (SINOP), hoje denominada SINOP-TERRAS LTDA, e como seu Diretor passou a colonizar no Estado do Paraná.

Fundou Terra Rica hoje Comarca, e Ademar de Barros. Construiu lá o 1.º Grupo Escolar e doou-o ao Estado.

Fundou Iporã, hoje Comarca, Vila Iverã e Vila Nilza. Construiu seu 1.º Grupo Escolar, doando-o ao Estado. Lá construiu também o prédio numa cooperação total o Colégio das Irmãs.

Fundou Ubatã, hoje Comarca, Vila Yolanda e construiu o seu 1.º Grupo Escolar e ainda o prédio do Colégio e doando-o às Irmãs.

Fundou Formosa D'Oeste, hoje Comarca, Jesuitas, Carajá Marajó etc...

Fundou a Imobiliária e Construtora Maringá Ltda, da qual é Diretor-Presidente, localizada no Município de Guarulhos-SP, tendo fundado o Jardim Maringá.

Fundou em 1970 a COLONIZADORA SINOP S.A., da qual é Diretor-Presidente, para a colonização de grande área no Estado de Mato Grosso e a fundação das Cidades Vera, Santa Carmem e SINOP, localizadas na Estrada Federal Cuiabá-Santarém denominada BR-165, da região Amazônica.

Fundou em 1971 a Pastoril Celeste, para fins Agr-Pecuaros, no Estado de Mato Grosso.

Fundou a Cooperativa Agrícola Mista Celeste Limitada também no Estado de Mato Grosso.

Títulos Honoríficos

Associação Atlética de Presidente Venceslau-SP
Instituto de Educação Antonio Marinho de Carvalho Filho, de Presidente Venceslau — SP.
Cidadão de Ubatã
Cidadão de Iporã
Cidadão de Terra Rica
Cidadão de Formosa d'Oeste.
Faculdade de Ciências e Letras de Presidente Venceslau

Benfeitor da Frente Agrária Paranaense
Santa Casa de Presidente Venceslau.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 153-72

AUTOR: Deputado Jorge Sato e outros

SUMULA: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, aos Senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Enio Pipino.

PARECER

O presente Plano de Lei, ora submetido a apreciação desta Comissão de autoria do nobre Deputado Jorge Sato, objetiva outorgar o Título de "Cidadão Benemérito" aos ilustres cidadãos João Pedro Moreira de Carvalho e Enio Pipino, residentes em Maringá.

A referida proposição está devidamente justificada na forma regimental, bem como com o "Curriculum Vitae" dos homenageados.

Verifica-se também que o mesmo não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional.

Quanto a sua oportunidade nada a opor.

Em face do exposto somos pela sua aprovação.

É o Relatório.

Sala das Comissões, em 29 de dezembro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Igo Losso — Relator

Ovidio Franzoni

Emilio Carazzai

Mauricio Fruet

Candido M. de Oliveira

Muggiati Filho

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 167-72, de autoria do Dep. João Mansur, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública à Sociedade Educacional Tuiuti, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 167-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública à Sociedade Educacional Tuiuti, com sede e foro nesta capital, fundada em 24 de outubro de 1966.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1972

a) — Deputado João Mansur

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Educacional Tuiuti, com personalidade jurídica e sede nesta Capital, já reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Curitiba, através Lei Municipal n. 3.946, de 24.9.1971 é entidade que presta relevantes serviços à coletividade, no proporcionamento de assistência cultural, social e educativa, contribuindo, inclusive, na formação técnica especializada visando compartilhar do esforço comum voltado ao progresso material e cultural do país.

Mantendo cursos gratuitos para alunos reconhecidamente pobres, participa ativamente do programa nacional de alfabetização para menores e adultos, além de manter curso básico de artesanato.

Desfrutando de elevado conceito, meritariamente conquistado, através a inegável eficiência dos métodos de ensino adotados, a par dos profundos conhecimentos didáticos e pedagógicos dos mestres, além da atividade assistencial, condições que distinguem e situam a Sociedade como verdadeiro patrimônio estadual, o seu reconhecimento, pelo Estado do Paraná, como instituição de utilidade pública, representará justa homenagem ao idealismo e dedicação dos que ajudam a engrandecer ainda mais o renome cultural do nosso Estado.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

O presente Projeto de Lei entende as exigências legais comprovando a existência dos requisitos necessários para que a Sociedade Educacional Tuiuti obtenha o diploma de Utilidade Pública. Somos em consequência pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29.11.72

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Ovidio Franzoni

Emilio Carazzai

Mauricio Fruet

Muggiati Filho e

Cândido M. de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão composta por 3 (três) srs. Deputados, para apresentar esta Casa, quando da transmissão do Comando do 1.º Batalhão de Fronteiras, ocasião em que também terá lugar uma Reunião da Associação dos Municípios, do Oeste do Paraná (AMOP), a realizar-se em Foz do Iguaçu. — Aprovado.

Esta Presidência designa os srs. Deputados Odilon Reinhardt, Iris Caldart e Ivo Tomazoni, para representarem esta Casa nas solenidades referidas no Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, aprovado em Plenário.

Requerimento do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente solicitando seja oficiado ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Distrito de Curitiba, no sentido de que sejam tomadas providências referentes a dragagem e retificação de algumas curvas, motivo de alagamento do Rio Iguaçu entre o trecho Umbará e o Município de Araucária. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja consignado Voto de Congratulações, ao valoroso órgão de imprensa paranaense "Folha de Londrina", bem como ao seu dinâmico Diretor-Presidente, sr. João Milanez, efusivos parabéns deste Plenário com votos de ininterruptos triunfos jornalísticos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Secretário dos Transportes, no sentido em atender as justas e urgentes reivindicações, referente a reconstrução de uma ponte sobre o Rio Góio-Erê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se reconheça a validade dos Cursos de Recuperação levados a efeito por vários estabelecimentos de ensino em nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo e sugestão ao Sr. Governador do Estado em exercício, no sentido de que convide aos Presidentes das empresas onde o Estado é maior acionista a justificar a política por elas adotadas. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 152-72 e 4-73
 - 2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.s 272-71 153-72 e 167-72.
 - 1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 137-72.
- Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações 2.a Sessão Legislativa — 7.a Legislatura Ata da 1.a Reunião Extraordinária

Aos nove dias do mês de janeiro de um mil novecentos e setenta e três, na sala de reunião das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidente do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados Lazaro Dumont, Xenofonte Vilanueva e Gabriel Manoel, havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se imediatamente à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N. 64-72 — de autoria do senhor deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder asfaltamento da Rodovia que liga a BR-116 à Colonia Faria, Município de Colombo, e desta à localidade de Guaraituba na BR-476, relator o senhor deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. — PROJETO DE LEI N. 82-72 — de autoria dos senhores Deputados, Basilio Zanusso e Francisco Borsari Neto, que inclui representantes dos Municípios no Conselho Rodoviário Estadual e dá outras providências, relator senhor deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente.

aa) Francisco Borsari Neto — Presidente
Roberto Diniz Satyro — Secretário